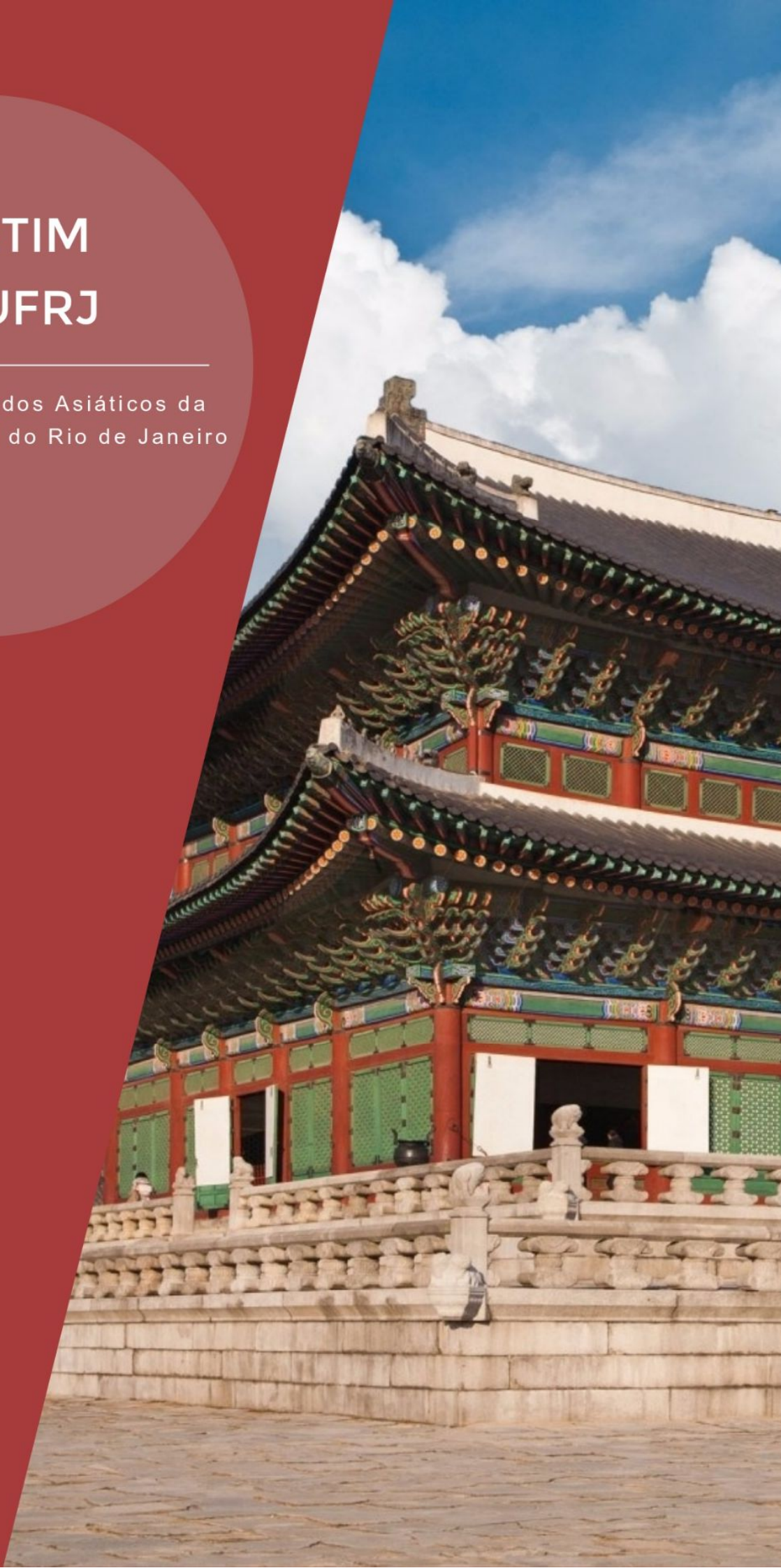
BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro



ANO 3 | Nº 3 |
ABRIL DE 2019

UFRJ

LEA

BOLETIM LEA-UFRJ

ANO 3 | Nº 3 | ABRIL DE 2019

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial
Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)
Davidson Costa Souza (UFRJ)
Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)
Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)
Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)
Laís Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)
Letícia Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)
Lucas Almeida de Brito (PPGRI-UERJ)
Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)
Nathan Morais P. da Silva (PPGRI-UERJ)
Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)
Rebecca Souza Batista (UFRJ)
Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)
Thayane Queiroz S. Jesus (PPGRI-UERJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Contato

Laboratório de Estudos Asiáticos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902
Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: leari.ufrj@gmail.com
Site: leariufrj.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO DO BOLETIM 04

ARTIGOS

A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM ISRAEL PARA JERUSALÉM E SEU POSSÍVEL IMPACTO NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES ÁRABES 05

O EFEITO BORBOLETA DO AFEGANISTÃO: A RETIRADA DAS TROPAS AMERICANAS E AS CONSEQUÊNCIAS DESSE PROCESSO 9

A DISPUTA INDO-PAQUISTANESA PELA CAXEMIRA: OS DESDOBRAMENTOS DO ATAQUE EM PULWAMA 13

O ESTREMECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CANADÁ E CHINA FRENTE AO CASO HUAWEI 19

O PESO DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU-DIAOYU NAS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS 23

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO DO BOLETIM

Nesta edição, o Boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) aborda temáticas relativas ao Oriente Médio e ao Sul e Leste asiáticos. A primeira região, usualmente em voga por conta de seus conflitos étnico-religiosos, tornou a compor o foco das análises dos estudiosos de relações internacionais brasileiros mediante as possíveis transformações que o governo Bolsonaro pode engendrar em nosso relacionamento com a mesma. Segue sendo, além disso, um tabuleiro de grande importância estratégica para a potência hegemônica global, os Estados Unidos, bem como para os seus rivais. Já o que atrai o nosso olhar para as duas últimas regiões são as disputas regionais que as permeiam, com a ascensão de dois gigantes – nomeadamente Índia e China – ao Sul da Ásia, em contraposição ao declínio de uma potência tradicional – isto é, o Japão – ao Leste do continente.

No primeiro artigo, Nathan Morais se debruça sobre os eventuais impactos econômicos da transferência da embaixada brasileira em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém – cidade considerada sagrada por cristãos, judeus e muçulmanos –, seguindo os passos da gestão Trump e em um novo alinhamento direto do Brasil com os Estados Unidos. No segundo artigo, por sua vez, Giovanna Monteiro versa sobre as consequências para a população local – com destaque para a população feminina – da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e das negociações com o Talibã; destacando, ainda, a tentativa russa de liderar tais conversações, tendo em vista o menor engajamento de Washington no Oriente Médio nos últimos anos.

O terceiro artigo, elaborado por Dimitria Nunes, investiga o novo acirramento das relações indo-paquistanesas, em decorrência de novos ataques na Caxemira, a partir de um enfoque de longa duração; isto é, por meio do mapeamento do conflito desde o surgimento dos Estados nacionais indiano e paquistanês, ainda na década de 1940. Já o quarto artigo, redigido por Laís Ferreira, avalia o *status* das relações entre Pequim e Ottawa frente à crise desencadeada pela prisão, ordenada pelo governo canadense a pedido dos Estados Unidos, da vice-presidente de conselho e diretora financeira da Huawei, a maior empresa privada de telecomunicações da China. O quinto artigo, de autoria de Rebecca Souza, por fim, destrincha a competição sino-japonesa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu, abordando o histórico da disputa territorial e os argumentos, de ordem jurídica e historiográfica, apresentados por Pequim e Tóquio em suas reivindicações pelo arquipélago localizado no Mar da China Oriental.

Leonardo Valente e Letícia Ferreira

Editores

A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM ISRAEL PARA JERUSALÉM E SEU POSSÍVEL IMPACTO NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES ÁRABES

Nathan Morais Pinto da Silva

Ao longo das últimas décadas, as relações bilaterais entre Brasil e Israel têm passado por períodos de alternância entre aproximação e neutralidade. Esses movimentos são quase sempre atrelados à posição brasileira com respeito ao conflito entre israelenses e palestinos, diante do qual o Brasil historicamente apoia a dita "solução de dois Estados", caracterizada pela criação de dois Estados soberanos distintos – um judeu e um árabe – na região da Palestina histórica. Com o início do mandato de Jair Bolsonaro como Presidente da República, em 2019, espera-se que seja inaugurada uma nova era nas relações entre os dois países.

Durante a campanha presidencial de Bolsonaro, a promessa de uma aproximação com Israel foi utilizada como estratégia de campanha, tendo como objetivo atrair a confiança de lideranças evangélicas. Esse movimento de aproximação com Israel teria como elemento principal a transferência da embaixada brasileira no país, que sempre esteve localizada em Tel Aviv, para a cidade de Jerusalém, reconhecida pelos evangélicos como a capital de direito da nação israelense. Como destacado por Schreiber (2019), "a transferência é demanda prioritária de lideranças evangélicas que entendem que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel atende preceitos bíblicos". Além da questão da mudança da embaixada, também foi discutida durante a campanha eleitoral e o período de transição uma possível iniciativa de cooperação entre Brasil e Israel na área de recursos hídricos, que consistiria na importação de tecnologia israelense de dessalinização de água salobra para implantação no Nordeste brasileiro (ABDALA, 2018).

Para uma melhor compreensão do imbróglio gerado pela possibilidade de transferência da embaixada brasileira, são necessárias considerações a respeito do *status* internacional da cidade de Jerusalém. A cidade, hoje controlada integralmente por Israel, é tida tanto por israelenses quanto por palestinos (estes reivindicam a parte oriental da cidade) como sua capital de direito. A Resolução nº 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 29 de novembro de 1947, previa que a cidade ficaria sob controle internacional, sendo administrada pelas Nações Unidas. Contudo, graças à primeira guerra árabe-israelense que sucedeu a proclamação de independência de Israel no ano de 1948, a cidade acabou por ser dividida em uma parte ocidental, controlada por Israel, e uma parte oriental, controlada pela Jordânia. Durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, forças israelenses ocuparam a parte oriental de Jerusalém e, desde então, a cidade se encontra sob domínio do Estado judeu, tendo sido reconhecida pelo parlamento israelense como capital "eterna e indivisível" do país em 1980 (G1, 2017).

Devido à falta de consenso internacional no tocante ao tema, uma grande quantidade de países reconhece Tel Aviv como a capital de Israel, mantendo suas representações diplomáticas na cidade (Idem, 2017). Por outro lado, os países que reconhecem o Estado da Palestina mantêm suas representações na cidade de Ramallah, designada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP) como "capital provisória" do Estado palestino. No que se refere ao caso brasileiro, o país mantém, desde 1951, sua embaixada israelense na cidade de Tel Aviv e, desde 2004, um escritório de representação junto à ANP na cidade de Ramallah (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2019a, 2019b). A decisão por parte dos Estados Unidos de reconhecer formalmente Jerusalém como capital israelense através de discurso do presidente Donald Trump, em dezembro de 2017, reacendeu a discussão sobre o *status* de Jerusalém.

A intenção de transferir a embaixada brasileira entrou em evidência mais uma vez durante a visita do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu ao Brasil, em dezembro de 2018. Na ocasião, Bolsonaro, então presidente-eleito, disse que o Brasil precisava "de bons aliados, bons amigos, bons irmãos, como Benjamin Netanyahu". Já o premiê israelense afirmou que a transferência da embaixada brasileira para Jerusalém era uma questão de "quando, não de se" (G1, 2018). Ainda que, até o momento da redação deste artigo, três meses após o encontro, nenhuma medida concreta para a transferência física da embaixada tenha sido tomada pelas partes, é importante notar que, pelo menos no âmbito multilateral, o alinhamento entre Brasil e Israel já é visível. Em 22 de março, o Brasil votou contra uma resolução que condena Israel pela ocupação de territórios palestinos no Conselho de Direitos Humanos da ONU (O GLOBO, 2019), no que pode ser considerada uma distensão histórica da posição brasileira na questão.

Supõe-se que o maior obstáculo para a transferência da embaixada é um possível embargo comercial direcionado ao Brasil por parte de países árabes que apoiam o pleito pelo reconhecimento de Jerusalém Oriental como capital do Estado da Palestina, o que poderia causar mudanças drásticas na balança comercial brasileira em relação aos mesmos. O Brasil é um dos maiores exportadores de proteína animal – que, ao ser exportada para o mercado árabe, deve conter a certificação *halal*[1] – para países de maioria islâmica, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, dois dos principais defensores históricos do direito palestino a chamar Jerusalém de sua capital. Segundo dados do Observatory of Economic Complexity, as exportações de proteína animal brasileiras para a Arábia Saudita e para os Emirados Árabes Unidos em 2017 totalizaram US$ 1,2 bilhão e US$ 653 milhões, respectivamente (OEC, 2019). Já a Câmara de

[1] Palavra do árabe que, traduzida para o português, significa "lícito" ou "permitido". A certificação *halal* atribuída a um produto atesta que o mesmo foi produzido de acordo com os preceitos da fé islâmica.

Comércio Árabe-Brasileira afirmou que, em 2017, as exportações de produtos avícolas brasileiros para países membros da Liga Árabe totalizaram US$ 2,6 bilhões (EXAME, 2018).

O uso do conflito israelo-palestina como instrumento de barganha econômica por países árabes não é inédito. Como lembra Pinheiro (2013), durante a década de 1970, no contexto do que ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo, os países árabes produtores de petróleo bruto ameaçaram cessar o fornecimento aos países que não apoiassem a causa palestina. O Brasil, sob o governo de Ernesto Geisel, respondeu a essa demanda abandonando a neutralidade diante da questão e adotando uma postura pró-árabe (PINHEIRO, 2013, p. 127). Portanto, não seria a primeira vez que o governo brasileiro se encontraria em um dilema referente aos seus interesses nacionais envolvidos na questão aqui abordada.

Ainda não é possível inferir se a promessa de campanha de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém feita por Jair Bolsonaro será cumprida, ou mesmo se o hoje presidente e seus aliados sequer consideram a mesma exequível a curto ou médio prazo. Pode ser observado, no entanto, que a questão da possível transferência da embaixada demonstra uma situação de conflito de interesses entre dois segmentos da base de apoio de Bolsonaro: os evangélicos, favoráveis à transferência por questões religiosas, e a Frente Parlamentar Agropecuária, também conhecida como a "bancada ruralista" ou a "bancada do boi", que teme que a transferência da embaixada faça com que os países árabes busquem novos mercados para a importação de proteína animal. Contudo, dois acontecimentos futuros podem levar a novos desdobramentos nessa questão: a viagem de Bolsonaro a Israel programada para 30 de março, e as eleições legislativas no país, que ocorrerão em 9 de abril. Em 28 de março, às vésperas da viagem, Bolsonaro aludiu à possível abertura de um escritório comercial brasileiro na cidade de Jerusalém (GIELOW, 2019). Tal medida poderia ser uma solução mais pragmática, agradando os aliados israelenses pelo estreitamento de relações comerciais e minimizando atritos com os países árabes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABDALA, Vitor. Bolsonaro diz que terá parceria com Israel para dessalinizar água. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/bolsonaro-diz-que-tera-parceria-com-israel-para-dessalinizar-agua. Acesso em: 18 de mar. de 2019.

Aceno de Bolsonaro a Israel põe em xeque bilhões em exportações de frango. **Exame**, 2018. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/aceno-de-bolsonaro-a-israel-poe-em-xeque-bilhoes-em-exportacoes-de-frango/. Acesso em: 17 de mar. de 2019.

Entenda por que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelos EUA é tão polêmico. **G1**, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/entenda-por-que-o-reconhecimento-de-jerusalem-como-capital-de-israel-pelos-eua-e-tao-polemico.ghtml. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

GIELOW, Igor. Bolsonaro deverá trocar embaixada por escritório em Jerusalém. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-pode-trocar-embaixada-por-escritorio-em-jerusalem.shtml. Acesso em: 29 de mar. de 2019.

Governo Bolsonaro muda tradição e vota na ONU contra condenação a Israel por repressão a palestinos. **O Globo**, 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/governo-bolsonaro-muda-tradicao-vota-na-onu-contra-condenacao-israel-por-repressao-palestinos-23543123. Acesso em: 23 de mar. de 2019.

Mudança de embaixada do Brasil em Israel é questão de 'quando, não de se', diz Netanyahu. **G1**, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/30/mudanca-de-embaixada-do-brasil-em-israel-e-questao-de-quando-nao-de-se-diz-netanyahu2.ghtml. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What does Brazil export to Saudi Arabia?**, 2017. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/sau/show/2017/. Acesso em: 17 de mar. de 2019.

_____. **What does Brazil export to the United Arab Emirates?**, 2017. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/are/show/2017/. Acesso em: 17 de mar. de 2019.

PINHEIRO, Letícia. **Foreign Policy Decision-Making Under the Geisel Government: The President, The Military and the Foreign Ministry**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estado de Israel**, 2019a. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5267&Itemid=478&cod_pais=ISR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Estado da Palestina**, 2019b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5629&Itemid=478&cod_pais=PLN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

SCHREIBER, Mariana. Como o apoio evangélico ajudou a aproximar Israel e governo Bolsonaro. **BBC News**, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46790185. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

O EFEITO BORBOLETA DO AFEGANISTÃO: A RETIRADA DAS TROPAS AMERICANAS E AS CONSEQUÊNCIAS DESSE PROCESSO

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira

Em outubro de 2001, como parte da Guerra ao Terror instaurada pela Doutrina Bush após os ataques de 11 de Setembro, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão com o apoio de aliados próximos, como o Reino Unido. A operação militar tinha como objetivo capturar Osama Bin Laden para desmantelar a Al-Qaeda e sua base de operações no Afeganistão apoiada pelo Talibã, grupo no poder do país, após o mesmo negar a extradição do líder da organização terrorista. Uma vez iniciada a guerra, o Talibã também passou a ser considerado uma ameaça terrorista por apoiar a Al-Qaeda, tendo Washington realizado um ataque aéreo em massa contra ambos os grupos, com o apoio terrestre chegando dias depois. Em dezembro daquele ano, o Talibã foi derrotado, mas a maioria dos líderes dos dois grupos fugiram para as montanhas ou para o Paquistão, não sendo capturados inicialmente. Apenas dez anos depois, Osama Bin Laden seria morto em uma operação da CIA no Paquistão (CFR, 2019).

A guerra no Afeganistão é o conflito mais longo na história dos Estados Unidos, com gastos militares e humanos que levaram o atual presidente Donald Trump a decidir dar fim ao confronto. Não é a primeira vez que Washington demonstra a intenção de retirar seu exército da região, porém a decisão de Trump de impulsionar negociações diretamente com os líderes do Talibã levou a avanços reais no processo, o que podem significar o fim dessa contenda histórica. No entanto, é necessário analisar as consequências práticas da retirada das tropas norte-americanas, uma vez que essa pode gerar um impacto significativo para a população local – sobretudo para as parcelas mais vulneráveis da mesma, como é o caso das mulheres – e uma expansão importante da Rússia na Ásia Central e no Oriente Médio.

Este ano, as negociações começaram a caminhar para resultados concretos, uma vez que a administração Trump optou por negociações diretas com o Talibã, o que, apesar de gerar controvérsias, pode ser a única forma de findar a guerra. Com reuniões sediadas em Doha, no Catar, as negociações têm como base principal a exigência de Washington de um acordo de paz entre o Talibã e o governo afegão, assim como a promessa de que o Afeganistão não se tornará uma base para grupos terroristas. Em contrapartida, o Talibã pede a retirada das tropas americanas da região, o que, de acordo com representantes dos Estados Unidos, só ocorrerá após a conclusão do acordo (MASHAL, 2019). Um fator importante nas discussões foi a presença de Mullah Abdul Ghani Baradar, um dos fundadores do Talibã e figura importante na liderança do grupo. Com a sua participação, o diálogo entre as partes se instaurou de forma mais fluida, visto que Abdul possui poder decisório em nome do grupo afegão.

É importante ressaltar que o Paquistão também participou das negociações, pois grande parte dos líderes do Talibã se encontram no país e uma das pautas das reuniões foi o deslocamento desses para Doha. Além disso, o Paquistão possui interesse na saída do exército americano da região, uma vez que possui preocupações estratégicas, como o apoio dos Estados Unidos à Índia e a falta de reconhecimento do Afeganistão de sua fronteira com o Paquistão, o que manteve Islamabad em alerta durante toda a invasão americana (RUBIN, 2019).

A exigência do Talibã da retirada das tropas americanas da região tem preocupado fortemente a população local, que receia o retorno do Talibã ao poder com uma interpretação radical da lei islâmica no modo de governar o país. A necessidade de remoção do exército americano da região é uma questão inerente à reconstrução da paz do país, sendo fundamental para a reestruturação da soberania afegã e da própria identidade nacional após tantos anos de conflito. Contudo, setores da sociedade, em especial as mulheres, vêm questionando a forma como esse processo está sendo feito, sem participação popular ou mesmo do atual governo afegão. Há, entre essas ativistas femininas, a preocupação de que os direitos conquistados ao longo das últimas décadas possam ser perdidos com a ascensão de um novo governo talibã (NORDLAND; FAIZI; ABED, 2019). O Talibã alega que, nos lugares que ocupam hoje, as mulheres já podem trabalhar, estudar e ter seus direitos garantidos, mas o receio continua, já que, mantidas fora das negociações, elas também podem ser excluídas do acordo de paz.

A inquietação gerada pela retirada dos Estados Unidos do país é reforçada pela possibilidade de fortalecimento do Talibã através do suporte da Rússia, que já apoiou a organização em outros momentos e possui interesses estratégicos na remoção americana (RUBIN, 2019). Em 2018, antes das negociações entre os estadunidenses e o Talibã começarem a se desenvolver de forma mais significativa, a Rússia convidou uma dúzia de países estratégicos na região, incluindo o Irã, o Paquistão e a China – sem a presença dos Estados Unidos –, para conversas acerca da pacificação da região. Os debates se centraram na necessidade de o processo de paz ocorrer em conjunto e ser amplamente aceito pelas potências regionais, além de ressaltar a importância do afastamento norte-americano do Afeganistão e do diálogo interno entre Talibã e governo afegão (THE MOSCOW TIMES, 2018).

Do ponto de vista geopolítico, a saída do Estados Unidos da região representa uma janela de oportunidade para a projeção russa na Ásia Central e no Oriente Médio. Junto com o engajamento diplomático paralelo, o Ministro de Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, viajou para o Quirguistão, o Tajiquistão e o Turcomenistão, sem objetivos explícitos relacionados à questão afegã, porém dando declarações públicas sobre o tópico. O ponto mais importante dessa viagem foi a sugestão de uma nova base militar russa no território do Quirguistão, que

seria discutida em uma posterior visita de Putin ao país. Essa possível base seria um dos primeiros movimentos russos de expansão para a Ásia Central, evidenciando a importância das atuais discussões na mudança do equilíbrio de poder na região (MINZARARI, 2019).

Essa expansão russa busca, ainda, tornar o país um ator de peso nas disputas entre China e Estados Unidos, uma vez que uma rota importante da *Belt and Road Iniciative* (BRI) passaria pelo sul do Quirguistão, onde estaria localizada a base militar proposta pelos russos. Por meio da realização dos projetos de infraestrutura chineses, o comércio entre o Oriente e o continente europeu passaria a contornar a Rússia, podendo isolar a mesma de importantes rotas comerciais da região. Assim, a saída dos Estados Unidos do Afeganistão é uma oportunidade concreta de expansão russa na região, sendo de extrema importância para Moscou a longo prazo, no sentido de contrapor uma eventual expansão chinesa em uma antiga esfera de influência soviética.

Tendo em vista as demandas populares internas e as disputas por influência externas, nota-se que é de extrema importância que os esforços para a pacificação do Afeganistão sejam coordenados entre o governo afegão, o Talibã, a sociedade civil e as potências regionais, de forma a estabelecer uma paz duradoura e não um país em condições propícias a um novo conflito. As conversas iniciadas ainda são acusadas de pouca transparência e baixo envolvimento de atores locais (NORDLAND; FAIZI; ABED, 2019), principalmente por não envolverem o governo do país – acusado pelo Talibã de ser uma mera marionete dos Estados Unidos – e a população feminina, que teme ter seus direitos violados após a retirada norte-americana.

Dessa forma, o longo conflito no Afeganistão, que expandiu a Guerra ao Terror até os dias atuais, ainda tem um futuro imprevisível. Por mais avançadas que as conversas entre Washington e o Talibã já estejam, ainda faltam muitas peças para completar esse quebra-cabeça, não tendo as negociações, por ora, um término visível. Além disso, é necessário que os negociantes estadunidenses se atentem à linha tênue existente entre, de um lado, retirar as tropas do país e gerar consequências piores do que a situação anterior, e, de outro, a tutela que deteriora a soberania afegã. É necessário, por conseguinte, pensar a longo prazo, para que o processo de paz em curso no Afeganistão conduza ao desenvolvimento político e econômico pleno do país e ao bem estar dos seus cidadãos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MASHAL, Mujib. U.S. and Taliban Begin Highest-Level Talks Yet on Ending Afghan War. **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/02/25/world/asia/us-taliban-talks-afghanistan-qatar-baradar.html. Acesso em: 01 de abr. de 2019.

MINZARARI, Dumitru. U.S. Retreat from Afghanistan Opens New Strategic Opportunities for Russia in Central Asia. **The Jamestown Foundation**, 2019. Disponível em: https://jamestown.org/program/us-retreat-from-afghanistan-opens-new-strategic-opportunities-for-russia-in-central-asia/. Acesso em: 01 de abr. de 2019.

NORDLAND, Rod; FAIZI, Fatima; ABED, Fahim. Afghan Women Fear Peace With Taliban May Mean War on Them. **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/01/27/world/asia/taliban-peace-deal-women-afghanistan.html?module=inline. Acesso em: 31 de mar. de 2019.

RUBIN, Barnett R. Everyone Wants a Piece of Afghanistan. **Foreign Policy**, 2019. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/03/11/everyone-wants-a-piece-of-afghanistan-russia-china-un-sco-pakistan-isi-qatar-saudi-uae-taliban-karzai-ghani-khalilzad-iran-india/. Acesso em: 31 de mar. de 2019.

Russia Challenges U.S. in Hosting Taliban at Afghan Talks. **The Moscow Times**, 2019. Disponível em: https://www.themoscowtimes.com/2018/11/09/russia-challenges-us-in-hosting-taliban-at-afghan-talks-a63449. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

The U.S War in Afghanistan 1999-2019. **Council on Foreign Relations (CFR)**, 2019. Disponível em: https://www.cfr.org/timeline/us-war-afghanistan. Acesso em: 01 de abr. de 2019.

A DISPUTA INDO-PAQUISTANESA PELA CAXEMIRA: OS DESDOBRAMENTOS DO ATAQUE EM PULWAMA

Dimitria H. de Mello Assis Nunes

No dia 14 de fevereiro deste ano, um jovem militante islâmico explodiu um comboio de caminhões que transportava forças paramilitares indianas em Pulwama, no sul da Caxemira. O atentado suicida, realizado na porção da Caxemira administrada pela Índia, foi responsável pela morte de mais de 40 soldados indianos, constituindo o ataque mais mortífero ocorrido na região desde que a insurgência começou, há três décadas. Nova Déli, então, acusou Islamabad de financiar e orientar grupos armados, como o Jaish-e-Mohammad (JeM)[2], o qual reivindicou responsabilidade pelo ataque, com fins de causar distúrbios no território indiano da Caxemira. O Paquistão, por sua vez, negou qualquer envolvimento com o ocorrido e criticou as forças de segurança indianas por fomentarem um ambiente repressivo, que teria sido responsável por radicalizar jovens caxemires. A escalada do conflito após o ataque o transformaram na pior crise entre ambos os países desde 1971 (KUGELMAN, 2019).

A questão da Caxemira remete ao período de independência da Índia da antiga metrópole britânica, em 1947, a qual foi seguida pela partição do então Estado soberano e pela criação do Paquistão. Contudo, o *status* do território de Jammu e Caxemira (frequentemente designado pelo acrônimo J&K, *Jammu & Kashmir*) permaneceu indefinido. O marajá, ou governante local, Hari Singh, escolheu pertencer à Índia e uma guerra de dois anos eclodiu, também em 1947, entre os dois países (BBC, 2019). Assim, Índia e Paquistão enviaram tropas à região e ocuparam, respectivamente, dois terços e um terço do território. Apesar de as Nações Unidas terem recomendado a realização de uma consulta popular sobre a questão da partição, essa nunca tomou forma e ambos os países seguiram administrando suas porções do antigo território principesco – que passou a ser dividido por uma Linha de Controle (*Line of Control*, LoC) –, enquanto cada qual almejava um controle total da região (GOEL, 2019).

Desde então, Índia e Paquistão entraram em confronto quatro vezes, durante três breves guerras em 1947, 1965 e 1971, além de um conflito armado de menor proporção em 1999. Outrossim, a área de J&K vem sendo palco da insurgência de grupos locais, intrinsecamente conectados ao conflito entre os dois países (SLATER; CONSTABLE, 2019). A Índia controla a maior e mais desenvolvida porção de J&K, que forma o único Estado de maioria muçulmana

[2] O Jaish-e-Mohammed é um grupo extremista islâmico baseado no Paquistão, tendo como objetivo minar o controle indiano na porção da Caxemira administrada pela Índia (*Indian Administered Kashmir*, IAK) e unir a província ao Paquistão, sob sua própria interpretação da Lei da Sharia. O grupo foi fundado por Masood Azhar, no início dos anos 2000, com apoio da Al-Qaeda e do Talibã (CISAC, 2018)

dentro do seu território. O alto índice de desemprego e as denúncias de violações de Direitos Humanos pelas forças de segurança indianas, que atuam na região combatendo manifestantes e insurgentes, agravam o problema (BBC, 2019). Em 1987, muçulmanos locais se manifestaram contra as eleições legislativas daquele ano, alegando que essas teriam sido manipuladas. Dois anos depois, irromperam protestos de massa contra o domínio indiano, inclusive uma insurgência armada, que, segundo grupos de vigilância de Direitos Humanos, deixaram mais de 70 mil mortos (SLATER; CONSTABLE, 2019).

Já em 1998, Índia e Paquistão realizaram testes de dispositivos nucleares, marcando uma mudança fundamental no equilíbrio estratégico no sul da Ásia. No ano seguinte, o então primeiro-ministro indiano, Atal Bihari Vajpayee, e seu homólogo paquistanês, Nawaz Sharif, comprometeram-se a resolver as diferenças através do diálogo. Entretanto, as expectativas de reconciliação foram frustradas quando disparos entre as fronteiras na região montanhosa de Kargil, na Caxemira, intensificaram o conflito; com infiltrados do lado paquistanês entrando em postos de alta segurança na Índia. Apesar do espectro de uma possível guerra nuclear pairar sobre a disputa, com a mediação de Washington, os dois países concordaram em resolver suas questões via diplomacia e o Paquistão recuou para a LoC anterior (Idem, 2019).

Pouco tempo depois, em 2001, um ataque ao Parlamento indiano, no coração de Nova Déli, deixou 14 mortos. A Índia culpou dois grupos militantes paquistaneses pelo ocorrido, o Lashkar-e-Taiba e o JeM, e acusou o serviço de inteligência paquistanês de estar por trás da operação. À vista disso, Nova Déli reuniu centenas de milhares de soldados na fronteira com o Paquistão e os manteve lá por quase um ano. Em dezembro do mesmo ano, assim como já o fazia a Índia, o Departamento de Estado dos Estados Unidos adicionou o JeM à lista de Organizações Terroristas Estrangeiras (*Foreign Terrorist Organizations*, FTO). Após esse evento, a relação entre os dois países permaneceu conflituosa até 2003, quando, enfim, Islamabad e Nova Déli reataram relações diplomáticas e as ligações de transporte entre ambos foram restabelecidas. O auge da reaproximação se materializou em um acordo, no mesmo ano, que estabelecia um cessar-fogo ao longo da fronteira internacional, a LoC, e uma abertura nas conversações sobre as questões que implicam ambos países (Ibidem, 2019).

Em 2008, porém, uma série de ataques à Mumbai deixou mais de 160 pessoas mortas. A Índia, então, apresentou ao Paquistão um dossiê mostrando que o ocorrido teria sido planejado e realizado por Lashkar-e-Taiba, com o auxílio da agência de inteligência paquistanesa. Em 2016, por sua vez, a insurgência se radicalizou após o assassinato de Burhan Wani, um jovem militante da Caxemira, por forças de segurança indianas. Em consequência, naquele mesmo ano, um grupo militante, ancorado no Paquistão, invadiu uma base do exército indiano

na Caxemira, matando 19 soldados. A partir disso, o primeiro ministro indiano, Narendra Modi, anunciou, em resposta ao ocorrido, o lançamento de ataques terrestres cirúrgicos na porção da Caxemira controlada pela Paquistão, cruzando a LoC. O Paquistão, não obstante, negou que esses ataques tenham de fato sido realizados (Ibidem, 2019).

O ressurgimento público do JeM, em 2016, pode estar conectado a diversos fatores. Em 2014, tropas de combate estrangeiras que operavam no Afeganistão – o JeM incluso, atuando contra as forças da OTAN – começaram a sair do país. Com o esvaziamento da guerra, o grupo pôde redirecionar sua atenção para a Caxemira e a Índia. Ademais, há a possibilidade do JeM querer reafirmar sua identidade jihadista em J&K, uma vez que a Al-Qaeda e o Estado Islâmico enfrentavam desafios nas regiões em que estavam presentes (KUGELMAN, 2019).

O atentado mais recente na Caxemira, realizado em fevereiro de 2019, provocou uma nova onda de revolta e indignação em toda a Índia, com muitos conclamando o partido do atual governo, o Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata Party*, BJP), a dar ao Paquistão uma resposta à altura. Com as eleições gerais indianas previstas para maio, o BJP, que tem como uma de suas características principais a evocação do nacionalismo indiano, viu-se sob pressão para responder militarmente. O resultado disso foi a realização da primeira incursão aérea indiana em território paquistanês desde a guerra de 1971 (RAMACHANDRAN, 2019).

O bombardeio, executado em 26 de fevereiro, tinha como objetivo eliminar vários campos de treinamento do JeM em Balakot. De acordo com o secretário dos Negócios Estrangeiros da Índia, Vijay Gokhale, o ataque consistiu em uma ação preventiva não militar, com um alvo específico – isto é, um campo do JeM. Enquanto agências de notícias indianas noticiaram a destruição por completo de bases jihadistas no local, um porta-voz do exército paquistanês rejeitou a reivindicação indiana de que o ataque tivesse como alvo a base de um grupo terrorista. Tendo os dois países versões diferentes a respeito do impacto causado pelo ataque, Islamabad acusou Nova Déli de cometer uma agressão contra o Paquistão, e que esse, por sua vez, tinha o direito de dar uma resposta adequada em autodefesa (CORREIA, 2019).

De acordo com Ajai Sahni, especialista em contraterrorismo e diretor executivo do Instituto de Gestão de Conflitos em Nova Déli, seria improvável que tais ataques tivessem impactos duradouros na trajetória do terrorismo ancorado no Paquistão. Os ataques cirúrgicos de 2016 não reduziram os atentados terroristas na Índia, mas sim tiveram o efeito reverso, aumentando o número de disparos pelo Paquistão ao longo da Linha de Controle. No que de fato esses surtiram efeito foi na popularidade da agenda do BJP. Assim, os ataques deste ano poderiam vir a servir bem ao partido nas eleições próximas (RAMACHANDRAN, 2019). No dia seguinte

ao bombardeio, caças paquistaneses e indianos entraram em confronto em territórios controlados pela Índia, tendo as forças paquistanesas derrubado uma aeronave indiana – um antigo caça soviético MiG-21 – e capturado seu piloto, mais tarde devolvido ao território indiano. Esse foi o primeiro choque aéreo entre os rivais em cinco décadas (GOEL, 2019).

As relações econômicas entre os países também foram afetadas. A Índia retirou o *status* do Paquistão de nação mais favorecida e estabeleceu uma tarifa de importação de 200% sobre os produtos paquistaneses (WITHNALL, 2019). Ademais, aeroportos indianos próximos à Caxemira foram fechados, incluindo os de Srinagar, Jammu, Chandigarh, Amritsar e Leh. O Paquistão também suspendeu os voos civis em algumas de suas cidades, incluindo Lahore e Islamabad. Na Índia, as medidas de segurança foram intensificadas frente às possíveis reações terroristas em cidades como Mumbai, sua capital financeira (CANTERA, 2019).

A crise militar entre as duas potências nucleares do Sul da Ásia levou ao envolvimento de diferentes atores internacionais na região. Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha endossaram a proposta indiana de incluir Masood Azhar na lista de "terroristas globais", sob o 1267 Comitê de Sanções da Al-Qaeda, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). No entanto, a China – pela quarta vez – vetou a proposta, alegando que precisava de mais tempo para estudar a medida. Como retaliação, a Confederação de Todos os Comerciantes da Índia (*Confederation of All Indian Traders*, CAIT) lançou uma campanha nacional para boicotar produtos chineses entre a comunidade comercial do país (RAY, 2019).

A posição chinesa evidencia a disputa pela hegemonia regional no Sul da Ásia com a Índia e o estreitamento das relações sino-paquistanesas, bem como a importância concedida por Pequim ao Corredor Econômico China-Paquistão (*China-Pakistan Economic Corridor*, CPEC) na formulação de sua política externa. O CPEC, carro-chefe da iniciativa *Belt and Road*, traz à China a possibilidade de alcançar seus interesses não só no Paquistão, mas também no Afeganistão, no Oceano Índico, no Irã e, domesticamente, na província de Xinjiang. Já para Islamabad, o CPEC representa a promessa de reestruturar sua economia, a partir do empréstimo de US$62 bilhões ao país (GODBOLE, 2019).

Apesar da aparente neutralidade dos Estados Unidos na tratativa da crise entre os dois países asiáticos, uma mensagem telegrafada do Assessor de Segurança Nacional do país, John Bolton, para seu homólogo indiano, Ajit Doval, evidencia seu posicionamento, ao assegurar o direito de autodefesa da Índia após o ocorrido. Contudo, a necessidade de Washington de garantir o contínuo apoio paquistanês nas conversações com o Talibã e nas negociações de paz no Afeganistão a coibi de tomar um lado explícito no conflito (KUGELMAN, 2019).

A reativação do conflito na Caxemira evidencia, portanto, a instabilidade que paira sobre a região. O legado do Paquistão de fomentar grupos insurgentes conecta-se à sua necessidade de instrumentalizar tais forças assimétricas contra as forças militares convencionais indianas, uma vez que essas possuem maior poderio e capacidade material do que as forças tradicionais paquistanesas. Já as táticas de repressão indiana aliadas às más condições que os jovens caxemires enfrentam fomentam tais movimentos insurgentes. A escalada da violência afeta diretamente a população local: pessoas que moram perto da LoC deixaram suas casas em busca de regiões seguras e o comércio local e a venda de gasolina foram interrompidos ou fechados. Desde 1971, uma guerra entre os dois países asiáticos nunca esteve tão perto de acontecer. Todavia, o rápido envolvimento de atores internacionais no conflito local evidencia que agora, muito mais que em 1971, uma guerra entre ambos – detentores de capacidade de destruição nuclear – não afetaria apenas os caxemires, mas todo o globo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORREIA, Gonçalo. Índia faz ataque aéreo no Paquistão. Tensão sobe na região. **Observador**, 2019. Disponível em: https://observador.pt/2019/02/26/india-levou-a-cabo-ataques-aereos-no-paquistao-tensao-sobe-na-regiao/. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

GODBOLE, Avinash. Depth of China's ties with Pakistan costs India. **Asia Times**, 2019. Disponível em: https://www.asiatimes.com/2019/03/opinion/depth-of-chinas-ties-with-pakistan-costs-india/. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

GOEL, Vindu. India-Pakistan Crisis: Why They Keep Fighting Over Kashmir. **The New York Times**, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2019/world/asia/india-pakistan-crisis.html. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

Kashmir: Why India and Pakistan fight over it. **BBC**, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/10537286. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

KUGELMAN, Michael. We Should Have Seen This Indian-Pakistan Crisis Coming. **Foreign Policy**, 2019. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/02/22/we-should-have-seen-this-india-pakistan-crisis-coming/. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

Mapping Militant Organizations: Jaish-e-Mohammed. **Center for International Security and Cooperation (CISAC)**, Freeman Spogli Institute for International Studies, Stanford University, 2018. Disponível em: http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/95?highlight=Mujahideen+Army. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

CANTERA, Ángel L. Martínez. Tensão entre Paquistão e Índia escala com derrubada de caças indianos. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/27/internacional/1551251419_971286.html. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

RAMACHANDRAN, Sudha. India and Pakistan on the Brink. **The Diplomat**, 2019. Disponível em: https://thediplomat.com/2019/02/india-and-pakistan-on-the-brink/. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

RAY, Saptarshi. India riled after China blocks UN resolution on Pakistan terror group listing. **The Telegraph**, 2019. Disponível em: https://www.telegraph.co.uk/news/2019/03/14/india-riled-china-blocksun-resolution-pakistan-terror-group/. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

SLATER, Joanna; CONSTABLE, Pamela. The India-Pakistan relationship is facing the most serious escalation in decades. Here's how it got to this point. **The Washington Post**, 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2019/02/21/trump-says-it-would-be-wonderful-if-india-pakistan-got-along-heres-why-they-dont/?noredirect=on&utm_term=.8c824a602329. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

WITHNALL, Adam. India-Pakistan crisis: Tensions rise over Kashmir after 'surgical airstrike' on militant training camp. **The Independent**, 2019. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/asia/india-pakistan-aircraft-bombing-pulwama-kashmir-balakot-fighter-jets-attack-a8796946.html. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

O ESTREMECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CANADÁ E CHINA FRENTE AO CASO HUAWEI

Laís Helena Ferreira dos Santos

As relações diplomáticas entre o Canadá e a China se acirraram após a prisão de Meng Wanzhou, diretora financeira da Huawei, empresa chinesa no ramo de eletrônicos, em Ottawa. Sob a justificativa de desrespeito à propriedade intelectual e à legislação norte-americana, Meng foi presa pelo governo canadense para ser extraditada para os Estados Unidos, a pedido do próprio, no início de dezembro de 2018 (BBC NEWS, 2018). Segundo Washington, o motivo oficial para o pedido de prisão da executiva foi o fato de a Huawei estar violando as sanções impostas pelos Estados Unidos à Coreia do Norte e ao Irã[3].

Além disso, países como Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido, membros da União Europeia e os própios Estados Unidos têm negado à Huawei a instalação de infraestrutura que permitiria o oferecimento, por parte da empresa, de tecnologia 5G. Esses Estados justificam sua decisão pelas supostas tentativas de espionagem empreendidas por Pequim, a despeito dos casos noticiados no passado de coletas de dados ilegais realizadas por empresas europeias, estadunidenses, australianas e canadenses, como ilustrado pelas denúncias feitas por Edward Snowden, em 2013, e, mais recentemente, em 2018, no caso de extração de dados de usuários do Facebook pela Cambridge Analytica (WOODHOUSE; HORNBY, 2019).

Logo após a prisão de Meng, o Ministério das Relações Exteriores da China deu um ultimato ao governo canadense, afirmando que haveria consequências severas caso a diretora financeira não fosse liberada imediatamente. Pequim acusou firmemente Ottawa de violar gravemente os direitos legais e legítimos de uma cidadã chinesa (LIY, 2018). No dia 7 de dezembro de 2018, durante a audiência de fiança de Meng, em Vancouver, as autoridades norte-americanas alegaram que a executiva havia mentido a respeito dos laços da Huawei com uma subsidiária que mantinha acordos comerciais com empresas iranianas. Por conta disso, os bancos estadunidenses haviam liquidado milhões de dólares em operações que, na prática, violavam as sanções internacionais importas pelo Departamento de Estado norte-americano.

A Huawei, de sua parte, nega que a empresa e a sua diretora financeira tenham cometido algum crime, assegurando, em comunicado oficial, que respeita todas as leis e regulamentos aplicáveis nos países em que opera, incluindo leis e regulamentos das Nações Unidas, dos Estados Unidos e da União Europeia aplicados ao controle e às sanções das exportações. Uma semana após a prisão de Meng, as potências ocidentais denunciaram como retaliação por parte de

[3] As sanções previam a possibilidade de se manter acordos e negócios com o Irã e com a Coreia do Norte somente se esses não envolvessem recursos, bancos e/ou empresas situados nos Estados Unidos.

Pequim a detenção de dois cidadãos canadenses em território chinês. O empresário canadense Michael Spavor foi declarado desaparecido na China depois de ser interrogado pelo governo chinês, que confirmou que Spavor trabalhava com a Coréia do Norte e estava sendo investigado por suspeita de atentar contra a segurança do Estado chinês. Sob a mesma alegação, o ex-diplomata canadense Michael Kovrig, que trabalhava em Hong Kong para o centro de análises International Crisis Group (ICG), foi detido. Kovrig integrou o Ministério das Relações Exteriores canadense entre 2010 e 2016, estando lotado nos postos de Hong Kong e Pequim entre 2012 e 2016 (BBC NEWS, 2019). Segundo o governo chinês, os casos não estavam relacionados.

O presidente da ICG, Rob Malley, à época afirmou que os acusações contra Kroving eram infundadas, tendo em vista que as autoridades chinesas eram mantidas informadas sobre seu trabalho na região administrativa especial chinesa. Apesar dos esforços do governo canadenses para assegurar os direitos de Spavor e Kroving, até o momento nenhum dos dois teve acesso a advogados ou as suas famílias desde que foram presos (THE JAPAN TIMES, 2019). Outro fato que deixou o caso ainda mais delicado foi a demissão do embaixador do Canadá na China após o mesmo sugerir que o imbróglio fosse resolvido através da retirada das acusações contra Meng pelos Estados Unidos (THE WASHINGTON POST, 2019).

Por outro lado, o presidente Trump acabou amenizando sua posição inicial e tentou incluir o caso de Weng nas negociações que já estavam em curso com o presidente chinês Xi Jinping a respeito da guerra comercial entre Washington e Pequim. Isso porque a prisão da diretora financeira da Huawei voltou a estremecer as relações comerciais sino-americanas mesmo após ambos os lados concordarem mutuamente em não impor novas novas tarifas sobre os produtos do outro até que se chegasse à conclusão de um acordo (Idem, 2019). Já as relações comerciais sino-canadenses sofreram pouco impacto, tendo as exportações canadenses para Pequim em 2018, compostas sobretudo por celulose e papel, superando os valores dos anos anteriores mesmo com o aumento de tarifas e controles portuários (WOODHOUSE; HORNBY, 2019).

Cabe ressaltar, além disso, que o Canadá tem recebido grandes fluxos de capital chinês nos últimos anos, principalmente nos setores de energia e de mineração. A concentração de investimentos chineses nessas áreas é consequência dos grandes projetos de infraestruturas coordenados pelo governo canadense e que dependem do financiamento chinês, como as iniciativas de desenvolvimento de terminais de conversão de gás natural liquefeito (GNL) e de outros projetos de explaração de recursos hidrocarboníferos (Idem, 2019).

Com o desenrolar do caso, ficou evidente que a prisão de Meng integra a disputa política existente entre os Estados Unidos e a China, intensificada durante a administração Trump. Caso Meng venha a, de fato, ser deportada e julgada em solo estadunidense por fraude fiscal, as rela-

ções político-econômicas entre Washington e Pequim tendem a se deriorarem ainda mais. Além de uma trégua da guerra comercial entre ambos não se concretizar, é possível que a crise envolvendo a Huawei também prejudique o Canadá ou mesmo outros aliados ocidentais. Esses têm aplicado restrições às atividades da empresa em seus territórios, acatado as demandas americanas ao invés de esclarecer as suspeitas de ciberespionagem diretamente com o governo chinês.

No que se refere ao Canadá, em particular, Ottawa deveria assumir uma postura mais cautelosa, visto que um estremecimento do relacionamento com Pequim pode comprometer sua economia, que vinha sendo beneficiada – como as de outros países do continente americano – pela guerra comercial sino-americana. Além disso, um alinhamento unilateral com os Estados Unidos no caso da Huawei coloca em risco as negociações futuras de um possível Tratado de Livre Comércio (TLC) com a China, tema debatido entre as autoridades canadenses e chinesas desde 2014, quando ambas firmaram um Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos Estrangeiros. Não menos importante é o fato de que dois cidadãos canadenses permanecem sob custódia do regime chinês e que seus destinos estão agora vinculados às ações que o governo Trudeau adotar nos próximos meses.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

China accuses detained Canadians of stealing state secrets, days after Canada OK'd extradition of Huawei's Meng. **The Japan Times**, 2019. Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/news/2019/03/05/asia-pacific/politics-diplomacy-asia-pacific/china-accuses-detained-canadians-stealing-state-secrets-days-canada-okd-extradition-huaweis-meng/#.XKElwy3OpZp. Acesso em: 30 de mar. de 2019.

China believes Canada's Huawei case is political. Trump does nothing but confirm it. **The Washington Post**, 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/china-makes-it-clear-the-two-canadians-it-has-imprisoned-are-political-hostages/2019/03/05/14a31208-3f68-11e9-922c-64d6b7840b82_story.html?noredirect=on&utm_term=.f6dd0f76228d. Acesso em: 30 de mar. de 2019.

LIY, Macarena Vidal. China adverte Canadá para as "graves consequências" no 'caso Huawei'. **El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/09/internacional/1544367328_161353.html. Acesso em: 27 de mar. de 2019.

WOODHOUSE, Alice; HORNBY, Lucy. China warns of 'repercussions' if Canada blocks Huawei from 5G. **Financial Times**, 2019. Disponível em: https://www.ft.com/content/4bb83c5a-1aba-11e9-9e64-d150b3105d21. Acesso em: 29 de mar. de 2019.

Michael Kovrig: Canadian ex-diplomat 'held in China'. **BBC News**, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-us-canada-46527975. Acesso em: 27 de mar. de 2019.

Trudeau fires Canada's ambassador to China amid Huawei controversy. **BBC News**, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-us-canada-47015700. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

O PESO DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NAS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS

Rebecca Souza Batista

No ano de 2018, em comemoração ao 40º aniversário do Tratado de Paz e Amizade (1978), o Japão e a República Popular da China entraram em um período de *détente*, criando a expectativa de suavização das relações sino-japonesas, fortemente marcadas pelo termo "*hot economics, cold politics*". A visita do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, à China no último ano e a ida de Xi Jinping à Osaka para a reunião do G20 em junho próximo sugerem que ambas as partes têm desenvolvido esforços para pôr fim aos longos anos de frias relações bilaterais (HURST, 2018). No entanto, um olhar atento às dinâmicas no Mar da China Oriental mostra que as duas potências podem estar, ao mesmo tempo, caminhando em direção a um conflito, em que a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu assume papel central.

Formado por um conjunto de oito ilhas, o arquipélago é um dos muitos palcos de disputas territoriais encontrados na Ásia. Atualmente sob a administração do Japão, como parte da província de Okinawa, seu domínio é contestado por China e Taiwan (Fig. 1). No século XVI, as ilhas constituíram um importante ponto de ligação marítima entre a dinastia Qing, da China, e o reino independente de Ryukyu. Embora a historiografia chinesa aponte menções às "ilhas Diaoyu" em documentos datados desse período, não é possível afirmar que, por essa razão, a soberania do arquipélago pertença à China (WADA, 2010). As raízes do conflito, por sua vez, datam da segunda metade do século XIX e seu desenvolvimento reflete as mudanças sofridas no continente asiático durante os anos que se seguiram.

Figura 1: Área do Mar da China Oriental contestada por Pequim, Tóquio e Tai-

Fonte: Wada (2010).

O primeiro passo dado pelo Japão em direção à Senkaku/Diaoyu se deu durante a administração Meiji, em 1879, a partir da invasão ao reino de Ryukyu e a consequente transformação do mesmo em Okinawa. Já nesse período, o Império Japonês demonstrava interesse nas ilhas inabitadas localizadas nas proximidades do território okinawano (Idem, 2010). Seis anos mais tarde, em 1885, os japoneses chegaram ao arquipélago Senkaku/Diaoyu e, segundo documentos oficiais, após confirmarem que o conjunto de ilhas não havia sido previamente habitado e tampouco demonstrava estar sob controle de outra nação, clamaram soberania sobre o território

(JUN, 2018). Contudo, decorreriam mais dez anos até que as ilhas passassem a pertencer, de fato, ao Japão, pois logo após a chegada dos japoneses a Senkaku/Diaoyu, a China também demonstrou interesse no arquipélago. Relutante em realizar qualquer ação assertiva e unilateral, o Japão optou por dar um passo atrás. Porém, as vitórias na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), acompanhada de sua superioridade marítima, dissolveram as preocupações japonesas com relação à possível reação chinesa. Como resultado, o conjunto de ilhas foi anexada ao território japonês como parte de Okinawa em janeiro de 1895. No mesmo ano, através do Tratado de Shimonoseki, a China cedeu Taiwan e as Ilhas Pescadores ao Japão (WADA, 2010).

O primeiro ponto de virada na disputa por Senkaku/Diaoyu se deu ao final da Segunda Guerra Mundial, com a rendição japonesa. O Tratado de São Francisco (1951) devolveu à China a maioria dos territórios previamente ocupados pelo Japão, mas deixou de fora Senkaku/Diaoyu (SOUTH CHINA MORNING POST, 2019). Por essa razão, para Liao (2018), o tratado criou problemas insolúveis na forma de conflitos regionais, mencionando não somente Senkaku/Diaoyu, mas também a disputa por Dokdo/Takeshima entre Coreia do Sul e Japão. Outro momento a ser levado em consideração na disputa ocorreu em 1971, quando os Estados Unidos, após a ocupação do território japonês no pós-guerra, entregaram novamente à Tóquio o controle sobre Okinawa e as ilhas do seu em torno (SOUTH CHINA MORNING POST, 2019).

Até então, a China havia permanecido em silêncio com relação a sua posição sobre o arquipélago Senkaku/Diaoyu. O resultado de uma pesquisa conduzida pela Comissão Econômica da ONU para a Ásia e o Pacífico de 1968 foi responsável pela alteração no cenário, uma vez que essa sugeria a existência de reservas de gás e petróleo nas proximidades do arquipélago. Não demorou muito para que o Ministério das Relações Exteriores da China publicasse uma declaração, em 30 de dezembro de 1971, apontando a soberania chinesa sobre as ilhas (JUN, 2018). O Japão, todavia, ignorou – e segue ignorando – a demanda chinesa, mantendo seu controle sobre o arquipélago. Em 1978, ao assinar o Tratado de Paz e Amizade, o então líder chinês, Deng Xiaoping, concordou com um *modus vivendi* em que a resolução da disputa seria responsabilidade das gerações seguintes. Jennings (2016) aponta que, dessa forma, o acordo removia implicitamente qualquer justificativa de um enfrentamento chinês ao controle japonês das ilhas, o que o Japão interpretou como um reconhecimento implícito de sua soberania.

Por fim, o último ponto fundamental da história de Senkaku/Diaoyu data de 2012. A compra de três das ilhas do arquipélago, resultando na efetiva nacionalização das mesmas, por parte de Tóquio irritou Pequim, embora o governo japonês tenha alegado estar somente tentando aliviar as tensões (SOUTH CHINA MORNING POST, 2019). A reação chinesa ao

evento representa um claro afastamento de sua política anterior. Dessa vez, Pequim desafiou abertamente tanto a soberania quanto a administração japonesa das ilhas (JENNINGS, 2016).

Faz-se necessário, então, analisar a perspectiva de ambas as partes e entender no que cada uma se baseia. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que as posições chinesa e japonesa são antagônicas: enquanto Pequim se apoia primariamente em dados históricos, Tóquio opta pelo Direito Internacional. A começar pelo último, a base fundamental do argumento japonês repousa na teoria da aquisição territorial do Direito Internacional moderno – mais precisamente, nos conceitos de *terra nullius* ("terra que pertence a ninguém"), controle efetivo e aquiescência (LIU, 2018). De acordo com Jun (2018), a chegada dos japoneses às ilhas em 1885 corresponde à ideia de "ocupação", como definida pelo Direito Internacional. Embora alguns autores acreditem que essa posição não seja válida atualmente, por remontar a um período em que as potências imperiais dividiam o mundo conforme os seus interesses, o controle contínuo do território pelo Japão durante o último século se enquadra facilmente nas normas internacionais e fortalecem sua argumentação (LIAO, 2018). Ao mesmo tempo, o longo silêncio chinês, mesmo após o fim da Segunda Guerra, contradiz suas reivindicações territoriais e constitui aquiescência[4] ao domínio japonês sobre as ilhas (JUN, 2018).

A China, por sua vez, invoca evidências históricas anteriores à Primeira Guerra Sino-Japonesa. A primeira alegação é a de que o arquipélago foi descoberto e nomeado de Diaoyu entre os séculos XIV e XV, apoiando-se em registros em livros, mapas e viagens que datam desde o século XV até o ano de 1877 (LIAO, 2018). Segundo Liu (2018), os limites marítimos entre a China e o Reino de Ryukyu situavam-se em Hei Shui Gou (atual Calha de Okinawa), entre as ilhas de Chiwei Yu e Kume. O autor afirma que, localizado ao leste de Hei Shui Gou, o arquipélago disputado pertencia, portanto, ao território chinês e não ao Reino de Ryukyu. Além disso, a China contesta o argumento japonês de *terra nullius*. Para Pequim, o fato de as ilhas estarem inabitadas não significa que não pertenciam a ninguém. Em segundo plano, o país também procura se apoiar em bases legais, destacando a Declaração do Cairo (1943) e o art. 8 da Declaração de Potsdam (1945). A primeira afirma que todos os territórios chineses ocupados pelos japoneses devem ser devolvidos à China, posição reafirmada pela segunda (LIU, 2018).

Desde a nacionalização de três das ilhas do arquipélago Senkaku/Diaoyu pelo Japão, as tensões aumentaram, sendo um retorno ao ambiente político pré-2012 pouco provável. As recentes – e também constantes – navegações de barcos chineses pelas águas territoriais do Japão,

[4] Jun (2018) lembra a posição da Corte Internacional de Justiça no julgamento do caso do Templo Preah Vihear, entre o Reino do Camboja e o Reino da Tailândia, em 1962, em que se defendeu que quando um protesto deve ser apresentado e é possível realizá-lo, nenhuma manifestação por muitos anos representa aquiescência.

no entorno de Senkaku/Diaoyu, demonstram a posição cada vez mais assertiva da China com relação aos mares – não somente o Mar da China Oriental, mas principalmente o Mar do Sul da China. Nos últimos anos, os barcos chineses aproximaram-se demasiadamente – a ponto de colidir – com os japoneses, endurecendo ainda mais a disputa. Somente em 2019, quatro foram as intrusões realizadas por barcos chineses (THE JAPAN TIMES, 2019). A resposta japonesa veio com força: as Forças Marítimas de Autodefesa lançarão uma armada de novos barcos de patrulha, que serão primeiramente utilizados nas águas do entorno do arquipélago de Senkaku/ Diaoyu (ASIA TIMES, 2019). Ryall (2019) afirma que, com isso, fica claro que o Japão está mandando uma mensagem para a China, ao mesmo tempo em que a vê como uma ameaça crescente aos seus interesses marítimos e a sua integridade territorial.

O Japão, no entanto, não está sozinho na contenção à expansão chinesa. Devido à aliança histórica do Japão com os Estados Unidos e à forte presença militar do mesmo na região, Washington também foi puxado para a disputa. Embora as administrações anteriores tenham deixado claro que não almejavam se envolver no conflito, Donaldo Trump afirmou que o acordo de segurança entre o Japão e os Estados Unidos inclui o arquipélago Senkaku/Diaoyu. Dessa forma, em caso de qualquer ataque ao território atualmente administrado pelo Japão, seria dever americano entrar na disputa em defesa de seu aliado. Seidel (2018) afirma que ambos os países têm unido forças para traçar planos de ação conjunta contra qualquer incursão chinesa. O autor adiciona uma consideração importante: tendo em mente que organizações militares sempre assumem a pior cenário possível, é natural que Japão e Estados Unidos ajam dessa maneira.

Faz-se necessário mencionar, além disso, um elemento capaz de elevar a disputa a níveis ainda mais preocupantes: a proposta de reforma constitucional japonesa defendida por Shinzo Abe. Desde sua – segunda – ascensão como primeiro-ministro, em 2012, Abe busca fortalecer as Forças de Autodefesa do Japão. Seu objetivo principal está na mudança do art. 9 da Constituição, que abre mão do direito japonês à beligerância. Os Estados Unidos mostram-se interessados na "normalização" do Japão, pois esperam que o país possa contribuir tanto para a segurança internacional quanto para a aliança entre ambos. Embora a reinterpretação sugerida do art. 9 não atue diretamente sobre a disputa por Senkaku/Diaoyu, qualquer mudança que venha a permitir um uso mais liberal das forças militares japonesas tende a gerar um acirramento das tensões – não só com a China, mas também com a península coreana (JENNINGS, 2016).

Por último, é preciso ressaltar que a disputa pelo arquipélago vai muito além do acesso a recursos naturais ou de uma busca por maior presença regional; envolvendo também questões de identidade, principalmente no lado chinês. O comportamento assertivo da China engloba um elemento emocional, carregado de memórias do período em que o país esteve sob o controle

japonês. Para Jash (2016), o forte sentimento de uma "China vitimada" nas mãos de um "Japão agressivo" domina a psique chinesa e regula significativamente o seu comportamento. A autora sugere que cultivar a imagem do Japão como agressor introduz ameaças às relações sino-japonesas e intensifica as dinâmicas de segurança, ao mesmo tempo em que demonstra uma "insegurança histórica", dominada por um profundo sentimento de humilhação por parte da China e pela dificuldade da mesma de abandonar a posição de vítima.

Fica claro, portanto, que a disputa pelo arquipélago Senkaku/Diaoyu envolve muitos elementos distintos, pautados em argumentos históricos e legais também divergentes. As relações sino-japonesas apresentam uma característica interessante: independente do quanto avancem a nível econômico ou cultural, a História funciona como um freio no campo político. Não surpreende, se tivermos em mente que tanto a China quanto o Japão são nações milenares, o que torna os eventos da "era dos extremos" algo relativamente recente. A resolução dessa disputa não se mostra possível em um futuro próximo. É provável que, sem a ocorrência de mudanças abruptas nas políticas de ambos os países, o cenário continue o mesmo: tenso. Sendo assim, em um século XXI repleto de infelizes ressureições do passado, é preciso estar atento a todo e qualquer movimento na região da Ásia Pacífico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Explained: Diaoyu/Senkaku islands dispute. **South China Morning Post**, 2019. Disponível em: https://www.scmp.com/week-asia/explained/article/2187161/explained-diaoyu/senkaku-islands-dispute. Último acesso em: 24 de mar. de 2019.

Four Chinese ships sail in Japanese Waters near Senkaku Islands. **The Japan Times**, 2019. Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/news/2019/02/12/national/four-chinese-ships-sail-japanese-waters-near-senkaku-islands/#.XIw4yShKjIU. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

HURST, Daniel. Japan and China's 'Tactical Detente'. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: https://thediplomat.com/2018/07/japan-and-chinas-tactical-detente/. Acesso em: 23 de mar. de 2019.

JASH, Amrita. Diaoyu/Senkaku islands dispute: identity versus territory. **Asia and the Pacific Policy Society**, 2016. Disponível em: https://www.policyforum.net/diaoyusenkaku-islands-dispute-identity-versus-territory/. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

Japan to build new ships to guard disputed islands. **Asia Times**, 2019. Disponível em: https://www.asiatimes.com/2019/03/article/japan-to-build-new-ships-to-guard-disputed-islands/. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

JENNINGS, Mark. The Senkaku/Diaoyu Islands Dispute: the likely impact of any constitutional change by Japan on its relations with China. **Indo-Pacific Strategic Papers**, The Centre

for Defence and Strategic Studies (CDSS), 2016. Disponível em: http://www.defence.gov.au/ADC/Publications/IndoPac/Jennings_IPSP.pdf. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

JUN, Tsuruta. 'Acquiescence' and the Senkaku Islands debate. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: https://thediplomat.com/2018/07/acquiescence-and-the-senkaku-island-debate/. Acesso em: 24 de mar. de 2019.

LIAO, Tim. Why China, Japan and Korea fuss over tiny islands – 4 things to know. **The Washington Post**, 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/04/17/why-japan-is-making-a-big-fuss-over-tiny-islands-4-things-to-know/?noredirect=on&utm_term=.d28d906c47eb. Acesso em: 24 de mar. de 2019.

LIU, Dan. Diaoyu Islands Dispute: A Chinese Perspective. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: https://thediplomat.com/2018/08/diaoyu-islands-dispute-a-chinese-perspective/. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

RYALL, Julian. Japan to build new warships in 'message to China' over Diaoyu Islands. **South China Morning Post**, 2019. Disponível em: https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/3001340/japan-build-new-warships-message-china-over-diaoyu-islands. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

SEIDEL, Jamie. Senkaku Islands dispute: US and Japan to defend disputed islands from China. **NEWS**, 2018. Disponível em: https://www.news.com.au/world/senkaku-islands-dispute-us-and-japan-draw-up-plans-to-defend-disputed-islands-from-china/news-story/70c0431666e2843b0196b39d7cda22bb. Último acesso em: 25 de mar. de 2019.

WADA, Haruki. Resolving the China-Japan Conflict Over the Senkaku/Diaoyu Islands. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, Vol. 8, n. 3, 2010. Disponível em: https://apjjf.org/-Wada-Haruki/3433/article.html. Acesso em: 23 de mar. de 2019.